4 — O disposto no n.º 1 do presente despacho produz efeitos a partir do dia 26 de Maio de 2006.

5 — O presente despacho entra em vigor na data da sua publicação.

30 de Agosto de 2006. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Despacho n.º 17 518/2006

Nos termos do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, conjugado com a Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 20-BD/2001, de 10 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 286-A/2002, de 15 de Março, compete à Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV) a concepção e implementação de um sistema nacional de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas pelas pessoas adultas, em vários contextos de vida, tendo por base a instalação de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (centros RVCC), cuja criação conduza à construção de uma rede nacional de centros RVCC.

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, conjugado com o artigo 10.º do Regulamento do Processo de Acreditação das Entidades Promotoras dos Centros RVCC, anexo à referida portaria, os centros de reconhecimento, validação e certificação de competências são criados por despacho conjunto dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, hoje, do Trabalho e da Solidariedade Social, sob proposta da DGFV, de entre entidades previamente acreditadas.

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 2.º e do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, alterada pela Portaria n.º 286-A/2002, de 15 de Março, conjugado com as disposições constantes do Regulamento de Acreditação das Entidades Promotoras de centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, a criação dos Centros RVCC exige que as entidades promotoras de centros RVCC sejam previamente acreditadas pelo Sistema Nacional de Acreditação de Entidades.

Considerando que o despacho conjunto n.º 449/2006, de 5 de Junho, procedeu à criação de um conjunto de centros RVCC, para funcionarem, em acréscimo à rede já existente, em 2006, relativamente a:

Entidades públicas e privadas previamente acreditadas como entidades potenciais promotoras de centros RVCC, nos termos do Despacho n.º 9996/2005 (2.ª série), de 4 de Maio, e do despacho n.º 1050/2004 (2.ª série), de 16 de Janeiro;

Entidades públicas e privadas acreditadas como entidades promotoras de centros RVCC, segundo o disposto no despacho n.º 11 413/2006 (2.ª série), de 25 de Maio;

Entidades públicas e privadas potenciais promotoras de centros RVCC cuja acreditação foi renovada pelo despacho n.º 22 512/2004 (2.ª série), de 4 de Novembro;

Entidades públicas e privadas promotoras de centros RVCC cuja acreditação foi renovada pelo despacho n.º 11 414/2006 (2.ª série), de 25 de Maio;

Considerando que na listagem de centros RVCC, prevista no n.º 1 do despacho conjunto n.º 449/2006, de 5 de Junho, consta indevidamente a entidade Estaleiros Navais de Viana do Castelo e tendo em atenção que a entidade atrás mencionada não é entidade acreditada nos termos legalmente previstos:

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, conjugados com o artigo 10.º do regulamento anexo à Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, determina-se o seguinte:

1 — O n.º 1 do despacho conjunto n.º 449/2006, de 5 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

«1 — São criados, para funcionarem em 2006, em acréscimo à rede já existente, os seguintes centros de reconhecimento, validação e certificação de competências promovidos por entidades previamente acreditadas, mencionados por ordem alfabética:

ADI-TC — Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável;

ADRIMAG — Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira;

Agrupamento de Escolas de Algueirão;

Agrupamento de Escolas de Ansião;

Agrupamento de Escolas de Castelo de Vide;

Agrupamento de Escolas de Cuba;

Agrupamento de Escolas de Estremoz;

Agrupamento de Escolas de Mértola;

Agrupamento de Escolas de Miragaia;

Agrupamento de Escolas de São Bernardo;

Agrupamento de Escolas Fernão do Pó;

Agrupamento de Escolas João Franco;

Agrupamento de Escolas n.º 1 de Portalegre;

Agrupamento Vertical Almeida Garrett;

Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo;

Associação Comercial e Industrial de Barcelos;

Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto;

Associação Promotora do Ensino Profissional da Beira Transmontana — Escola Profissional de Trancoço;

ATAHCA — Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave;

Barafunda — Associação Juvenil de Cultura e Solidariedade Social;

Campus Académico de Macedo de Cavaleiros — Instituto Piaget;

Casa Pia de Lisboa — Colégio António Aurélio da Costa Ferreira;

CENATEX II — Formação e Serviços, L.ª;

CENFIC — Centro de Formação Profissional Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul;

Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça — CIN-CORK;

Centro de Promoção Educativa e Desenvolvimento Comunitário;

Centro Social de Ermesinde;

CITEVE — Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal;

CERCINA — Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Nazaré, C. R. L.;

CFPIMM — Centro de Formação Profissional Indústrias da Madeira e Mobiliário;

CILAN — Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios;

CINDOR — Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria;

CITEFORMA — Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;

Cooperativa de Ensino de Vila Nova de Famalicão, C. R. L.;

CRISFORM — Centro de Formação Profissional para o Sector da Cristalaria;

CRPG — Centro de Reabilitação Profissional de Gaia;

Direcção Regional de Formação Profissional (Região Autónoma da Madeira);

ECOAGRI — Projectos e Serviços Agroflorestais, L.ª;

ENSIGAIÁ — Educação e Formação, Sociedade Unipessoal, L.ª;

EPF — Ensino Profissional de Felgueiras, L.ª;

EPRALIMA — Escola Profissional do Alto Lima — C. I. P. R. L.;

Escola Básica 2, 3/S Prof. Mendes dos Remédios, de Nisa;

Escola Básica 2, 3 Padre Joaquim Maria Fernandes;

Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, E. M.;

Escola Profissional Amar Terra Verde, L.ª;

Escola Profissional Cristóvão Colombo;

Escola Secundária Abade de Baçal;

Escola Secundária Alberto Sampaio;

Escola Secundária Caldas de Vizela;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Afonso de Albuquerque;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Campos de Melo;

Escola Secundária com 3.º Ciclo da Gafanha da Nazaré;

Escola Secundária com 3.º Ciclo da Mealhada;

Escola Secundária com 3.º Ciclo de Madeira Torres;

Escola Secundária com 3.º Ciclo de Moura;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Joaquim Dias Rebelo;

Escola Secundária de Arganil;

Escola Secundária de Avelar Brotero;

Escola Secundária de Caldas das Taipas;

Escola Secundária de Dr. Manuel Laranjeira;

Escola Secundária de Francisco de Holanda;

Escola Secundária de Gondomar;

Escola Secundária de Manuel da Fonseca;

Escola Secundária de Monserrate;

Escola Secundária de Montemor-o-Novo;

Escola Secundária de Peniche;

Escola Secundária de Pombal;

Escola Secundária de Vendas Novas;

Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira;

Escola Secundária Dr.ª Felismina Alcântara;

Escola Secundária Eça de Queirós;

Escola Secundária Engenheiro Acácio Calazans Duarte;

Escola Secundária Ferreira de Castro;

Escola Secundária Gil Vicente;

Escola Secundária Nuno Álvares;

Escola Secundária Professor Herculano de Carvalho;

Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro;

Escola Secundária Soares Basto;

FINIFORM — Consultoria e Formação, L.ª;

Fundação da Juventude;

Fundação Odemira;

GABIGERH — Gabinete de Gestão de Recursos Humanos de

Cerveira, L.ª;

Instituto de Educação e Formação do Sorraia — Escola Profissional de Salvaterra de Magos;
 Instituto de Educação Tecnológica de Cascais, C. R. L.;
 ISLA — Santarém, Educação e Cultura, L.ª;
 LFM — Contabilidade, Auditoria, Consultadoria e Formação Informática, L.ª;
 NERA — Associação Empresarial da Região do Algarve;
 NERSANT — Associação Empresarial de Santarém;
 Partner Hotel — Formação, Consultoria e Projectos para Serviços Hoteleiros, L.ª;
 Portugal Telecom, SGPS;
 PROFIDELIS — Empresa para o Desenvolvimento de Penafiel, E. M.;
 PROSALIS — Projecto de Saúde em Lisboa;
 Psico Same — Formação Profissional e Gestão Empresarial, L.ª;
 Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior;
 Sico Formação — Sociedade de Ensino Profissional, S. A.;
 Sociedade Promotora de Estabelecimentos de Ensino, L.ª;
 Vicentina — Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste;
 ZENDENSINO — Cooperativa de Ensino, I. P. R. L.»

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 5 de Junho de 2006.

14 de Julho de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 17 519/2006

Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, procedem, através de aviso publicitado respectivamente no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006, e rectificado pelo aviso n.º 67/2006, de 4 de Abril, no jornal *Diário de Notícias* do dia 20 de Fevereiro e na bolsa de emprego público (BEP) de 22 de Fevereiro, com o código de oferta OE200602/0246, todos do ano de 2006, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de coordenador do Gabinete Jurídico, equiparado para todos os efeitos legais a chefe de divisão, do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, estabelecido no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e as previstas no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro.

Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata licenciada Ana Cristina Alves Alvarez, por se considerar que reunia as condições mais adequadas ao desempenho do cargo a prover, porquanto demonstrou, inequivocamente, possuir as melhores condições técnicas para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica, para a qual foi aberto o mencionado procedimento, em virtude de ser detentora de uma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito de actuação ligada ao Gabinete Jurídico e deter experiência no exercício de funções dirigentes, nomeadamente na área do lugar a prover.

Considerando, ainda, que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo, para o qual foi aberto o respectivo procedimento:

Nomeio, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Ana Cristina Alves Alvarez, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Lisboa, no cargo de coordenadora do Gabinete Jurídico, equiparado para todos efeitos ao de chefe de divisão.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 5 de Julho de 2006, data do despacho autorizador. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Gomes Branco*.

Nota curricular

Nome — Ana Cristina Alves Alvarez.
 Data de nascimento — 9 de Janeiro de 1969.
 Nacionalidade — portuguesa.
 Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, Ciências Jurídicas, Universidade Lusíada de Lisboa, concluída em 1992.

Habilitações profissionais:

Estágio de Advocacia, com exame final ao CDE, Ordem dos Advogados, concluído em 1994;

Pós-graduação em Consultoria Jurídica da Empresa, JOFOR — Ensino e Formação, Lisboa, concluída em 1996;

Pós-graduação em Direito da Medicina, Universidade de Direito, Coimbra, concluída em 1999;

Nas diversas áreas do direito frequentou conferências, seminários e cursos de formação profissional entre 1994 e 2006.

Experiência profissional:

Ministério da Educação — Instituto de Inovação Educacional António Aurélio da Costa Ferreira, em Lisboa — assessoria jurídica à presidência, vice-presidência e serviços do Instituto;

Ministério da Saúde — Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Lisboa, desde 1996:

Serviços sub-regionais — assessoria jurídica;

Serviços regionais — Gabinete Jurídico;

Nomeação, precedida de concurso, para a categoria de técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Lisboa;

Desempenho de funções, em regime de substituição, no exercício do cargo de coordenadora do Gabinete Jurídico da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Outras actividades:

Participação/nomeação em grupos de trabalho, na área da saúde, promovidos pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, serviços regionais e sub-regionais;

Participação/nomeação em comissões de análise no âmbito de procedimentos para realização de despesas públicas;

Participação/nomeação em júri de concursos de pessoal;

Nomeada instrutora em processos de averiguações e disciplinares, no âmbito do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

Despacho n.º 17 520/2006

Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, através de aviso publicitado respectivamente no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006, e rectificado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 5 de Abril de 2006, no jornal *Diário de Notícias* do dia 20 de Fevereiro e na bolsa de emprego público (BEP) de 22 de Fevereiro, com o código de oferta OE200601/0251, todos do ano de 2006, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos (cargo de direcção intermédia do 2.º grau) do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, estabelecido no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e as previstas no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro.

Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata licenciada Ana Paula Felício da Silva Revez, por se considerar que reunia as condições mais adequadas ao desempenho do cargo a prover, porquanto demonstrou, inequivocamente, possuir as melhores condições técnicas para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica, para a qual foi aberto o mencionado procedimento.

Considerando, ainda, que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo, para o qual foi aberto o respectivo procedimento:

Nomeio, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Ana Paula Felício da Silva Revez, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.